XIRÊS PATRIMONIAIS: SEMINÁRIO PELO TOMBAMENTO DO ABAITÉ, EM SALVADOR-BAHIA.

Clara Domingas Correia de Codes[1]

Resumo: Os “Xirês Patrimoniais” são espaços não-formais de educação que evocam as forças da Natureza, em atos contínuos e formato expandido, compondo diversos colaboradores. A experiência foi inaugurada com um seminário, de 1 a 3 de dezembro de 2023, quando realizamos rodas, vivências, debates, rituais e convocações políticas acerca do Tombamento do Abaeté (1985- atual), resultante do acúmulo de diversas mobilizações populares nas últimas décadas, em defesa deste território sagrado e único, ameaçado de extinção, em Salvador, Bahia. Neste relato, a proposta é construir, com textos e fotografias, uma breve narrativa crítica sobre os “Xirês Patrimoniais” e o processo de patrimonialização do Abaeté. No atual contexto de crise climática, desagregação territorial e devastação socioambiental, estamos diante de uma complexa teia sociohistórica e biocultural, que envolve agentes divergentes, que ora sucumbem, ora resistem e se reinventam, embora fragilizados pela contínua urbanização desenvolvimentista e pela lógica do capital, que buscam eliminar as alteridades, a existência de diferentes mundos, e impõem novas geografias, desde o período colonial. Defendemos uma perspectiva regenerativa e ancestral para a restinga urbana do Abaité, território articulado em rede com outros sítios sagrados da cidade de Salvador e RMS. Lançamos uma flecha no presente, para combater problemas iniciados no passado, que persistem. Defendemos “um mundo de muitos mundos” como nos traz a antropóloga Marisol de la Cadena, uma política baseada na ideia de Natureza (in)comum.

Palavras-chave: Tombamento; Patrimonialização; Espaços Não Formais de Educação; Crise climática; Restinga Urbana.

ABSTRACT: The "Xirês Patrimoniais" are non-formal educational spaces that evoke the forces of nature, employing continuous acts and an expanded format, with the involvement of various collaborators. The experience commenced with a seminar held from December 1 to 3, 2023. During this event, a series of discussions, experiences, debates, rituals, and political calls were conducted pertaining to the Abaeté Land Registry (1985-present). This registry emerged from the aggregation of various popular mobilizations that have occurred in recent decades in Salvador, Bahia, in defense of this hallowed and singular territory, which is currently facing extinction. The objective of this report is to construct, through the use of textual and photographic evidence, a concise critical narrative about the "Xirês Patrimoniais" and the process of patrimonialization of Abaeté. In the context of the climate crisis, territorial disintegration, and socio-environmental devastation, we are confronted with a complex socio-historical and biocultural web involving a multitude of agents, some of whom succumb, some resist and reinvent themselves, although weakened by continuous urbanization and the logic of capital, which have sought to eliminate otherness, the existence of different worlds, and impose new geographies since the colonial period. We propose a regenerative and ancestral perspective for the urban sandbank of Abaité, which is part of a network of sacred sites in the city of Salvador and the RMS. We are taking action in the present to address issues that originated in the past and continue to persist. We defend “a world of many worlds” as anthropologist Marisol de la Cadena tells us, a policy based on the idea of (un)common Nature. We propose a policy based on the concept of "a world of many worlds," as articulated by anthropologist Marisol de la Cadena. This policy is founded upon the notion of (in)common nature.

Keywords: Heritage Designation; Patrimonialization; Non-Formal Spaces of Education; Climate Crisis; Urban Restinga.

[1] Clara Domingas Correia de Codes é nativa de Itapuã, Abaeté. Artista transdisciplinar e pesquisadora, educadora popular, professora da rede pública municipal, ativista socioambiental e mestra em Antropologia pelo PPGA-UFBA com a dissertação “Cultura de areia”: transformações urbanas, memória e imaginação no bairro de Itapuã (2020). É integrante co-fundadora do Fórum Permanente de Itapuã, membro do Conselho Gestor da APA-Lagoas e Dunas do Abaeté, integrante do Coletivo Nosso Quilombo, Instituto de Permacultura da Bahia e Convergência pelo Clima. E-mail: claradomingas@gmail.com. ORCID: 0009-0008-6353-0005.

INTRODUÇÃO

Abaité é um ecossistema costeiro com dunas e lagoas, dentre as quais, se destaca a Lagoa do Abaeté, cuja formação geomorfológica é descrita por Avanzo (1990), a partir de movimentos de transgressão (elevação) e regressão (diminuição) do nível do mar, avanços e recuos que foram provocando o depósito, nesses longos movimentos, de areias sobre um rio ancestral, soterrando-o e dando origem ao que seria a atual rede de lagoas e riachos do território, há cerca de 120 mil anos. Trata-se do último remanescente conservado, a última paisagem geoecológica originária de restinga de Salvador, com espécies endêmicas de plantas e bichos, significados históricos e religiosos, modos de vida humanos e mais que humanos, influenciados por entes vivos e mortos, intrinsecamente ligados ao mar, nutridos pelas bacias hidrográficas do rio Ipitanga e do rio Jaguaribe.

Este ecossistema está parcialmente "protegido" pela APA (Área de Proteção Ambiental) Lagoas e Dunas do Abaeté, criada em 1987 para preservar "os últimos remanescentes de sistemas de dunas associados às terras úmidas (lagoas, alagadiços e brejos) conservados no município de Salvador, podendo vir a constituir um laboratório natural de experiências científicas para manejo deste tipo de ecossistema" (BAHIA, resolução n. 3.023, 2002, p. 3). No entanto, os principais instrumentos para seu gerenciamento, o ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico (conjunto de parâmetros urbanísticos específicos para a APA) e o Plano de Manejo (diretrizes para realização da gestão, ações e parcerias institucionais), encontram-se extremamente desatualizados, provando serem ineficientes no objetivo de preservar o que restou dessa restinga urbana.

Fernandes et al (2015) mostram que, desde sua criação, a APA Lagoas e Dunas do Abaeté tiveram seu ZEE modificado algumas vezes (1992, 2002 e 2010), e essas alterações corresponderam somente aos interesses da especulação imobiliária, o que resultou na redução da área total da unidade de conservação e na redução das áreas ditas preservadas, não urbanizáveis.

Outras graves incoerências observadas são: a desconexão da legislação com os valores identitários da comunidade local (afroindígena, pesqueira e quilombola) ao não mencionar as manifestações culturais e religiosas típicas do Abaité - em especial, as tradições de matriz africana - como usos permitidos nas áreas restritas à ocupação humana. Além disso, a poligonal da APA não abrange os terrenos mais privilegiados da orla, estando absolutamente apartada da faixa de praia, embora o mar seja elemento

fundamental para a formação e a manutenção da restinga. Isso torna impossível a preservação desse ecossistema costeiro, pois desconsidera-o como um grande contínuo. Como as políticas de preservação ambiental poderiam ser, de fato, efetivas, quando se faz vista grossa para uma expansão urbana tão indiscriminada?

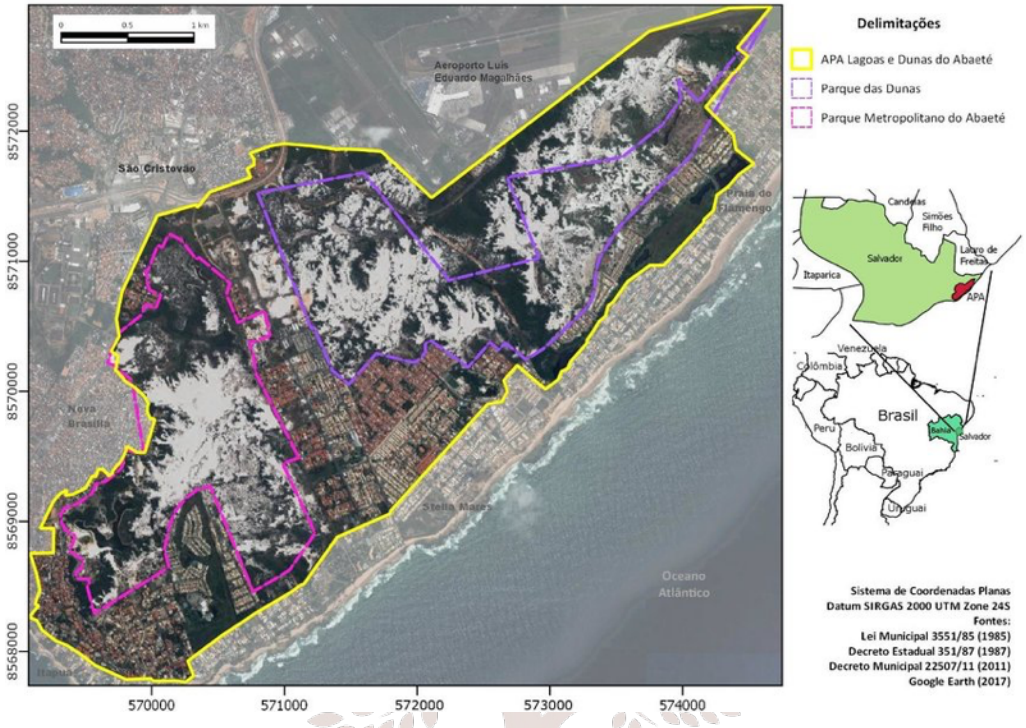


Figura 1. Localização da APA- Lagoas e Dunas do Abaeté e dos parques municipais.
Fonte: OLIVEIRA, Diego Idelfonso de, PEREIRA, Ricardo Galeno Fraga de Araújo (2020)

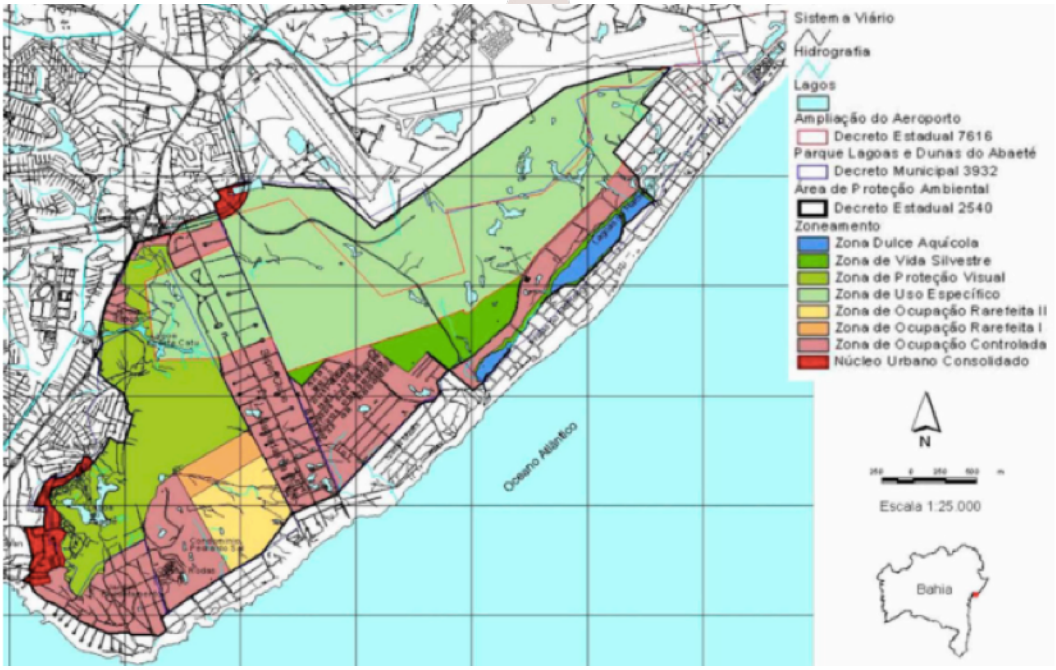


Figura 2. Zoneamento Ecológico- Econômico da APA.
Fonte: BAHIA, resolução no 3.023, 2002, p.1.

Abaité ou Abaeté? Abaité e Abaeté

Afirmamos Abaité com "i" para reforçar a retomada ancestral em curso, evocando o Tupi antigo, língua nativa dominante neste território, antes da invasão europeia e durante os primeiros anos de colonização. O caso foi analisado por Frederico Edelweiss (1969) tupinólogo interessado em investigar topônimos de origem Tupi na cidade de Salvador, concluindo ser inadequado o termo Abaeté com "e", pois a palavra "eté" remete a homem (Abá) abalizado, de valor, verdadeiro. Diferentemente, "ité" tem sentido de sinistro, terrível, traduzindo de maneira mais precisa a realidade geográfica do lugar, que desafia, inspira o medo, respeito e mistério próprios às lendas e causos em torno da lagoa escura. No entanto, não propomos a exclusão de um termo pelo outro. Não se trata de fazer uma substituição definitiva, mas de evocar a herança originária, viva no momento presente.

Nas últimas décadas, as intervenções urbanísticas engendradas pelo poder público, tanto municipal quanto estadual, na orla marítima e no Parque do Abaeté, fora e dentro da poligonal da APA Lagoas e Dunas do Abaeté (fig.1), têm reforçado o modelo colonial e capitalista de "fazer cidade", fragmentando o ecossistema, retirando as pessoas de seus lugares de convivência cotidiana, priorizando o mercado imobiliário, hoteleiro, de eventos, festas e comércio de bebidas alcoólicas, como parte de um projeto globalizante e predatório, "cuja apropriação pela atividade turística resulta em *despersonalização* e *negação* do lugar, inviabilizando o encontro e o estabelecimento de um diálogo com raízes territoriais e culturais" (OLIVEIRA, 2009, p. 5).

Esse processo histórico tem implicado na desfiguração das paisagens simbólicas do Abaeté, na impermeabilização excessiva do solo, pavimentação, retificação e canalização de rios, devastação da vegetação, edificações em zonas legalmente protegidas, extração ilegal de areia, perfuração de poços rasos, descarte irregular de resíduos, todo tipo de exploração e violação dos direitos à vida. As consequências são a alteração do microclima, a degradação do aquífero e a desertificação das lagoas, o aumento da temperatura média e a ameaça de extinção da restinga, uma completa contradição com a verdadeira vocação do Abaeté, nosso território sagrado.



Figura 3. Areais, lagoas e restinga aberta, ecossistema predominante do Abaeté, em contraste com edificações.
Fonte: Autora (2023)

Qual é a situação atual?

A Ação Civil Pública 1059284-76.2022.4.01.3300, em curso, de iniciativa da DPU que corre na 13ª Vara da Justiça Federal Cível, tem no polo passivo a Prefeitura de Salvador e o IPHAN, e versa sobre dois processos de tombamento, não concluídos: um do Parque das Dunas, aberto em 2015, UC de proteção integral municipal; e outro, cujo objeto é a Lagoa do Abaeté, de 1985. Somente o último processo é legitimado pelas populações locais. Um documento de origem do arquivo central do IPHAN/RJ aponta a reabertura do processo de tombamento em 03 de agosto de 2020. Há também decisão liminar de abril de 2023, da lavra do Juiz Federal Carlos D'Ávila, que ordena a suspensão imediata de intervenções na área litigiosa ou no perímetro que compõe a Lagoa do Abaeté e o Parque da Dunas, objetos dos processos de tombamento. É urgente que a sociedade civil demande ao IPHAN, que tem essa competência, que decrete o tombamento provisório, cujas tratativas para o início do procedimento instrutório está em um atraso de 39 anos.

A ausência do Tombamento tem fragilizado, ainda mais, as forças do Abaité. Por isso, a mobilização para que ocorra esse reconhecimento ainda que tardio permanece, e para que haja a recuperação da conectividade e do encantamento dos territórios. Assim, contornar-se-ia na cidade de Salvador o que Serpa (2007) chama de “guetos preservados” os espaços verdes e APAs que se encontram fragmentados e cujas margens são pontos de conflito constantes entre seres humanos e natureza.

Atualmente, com a inconclusão da retomada do processo de Tombamento do Abaeté iniciado pelo IPHAN em 1985 (os autos foram dados oficialmente como perdidos pelo órgão em 2013), os coletivos, associações, terreiros e movimentos socioambientais estão sendo convocados a colaborar com a reconstrução do processo instrutório original. Para participar ativamente, a comunidade e seus representantes precisam refletir sobre o que pleiteia e como deve se dar o processo de Tombamento da área. O Tombamento não deve ser considerado a solução definitiva para o problema, mas como um passo importante no processo de Patrimonialização, uma espécie de empoderamento emancipatório da comunidade. Urge, portanto, o desafio de mobilizar e informar a população dos acontecimentos. É dessa necessidade de mobilização que surge a concepção dos "Xirês Patrimoniais".

As práticas que constituem os modos hegemônicos de fazer cidade abominam a diversidade biocultural. Contra isso, a exuberante rede ecológica do Abaeté, vinculada às cosmogonias indígenas e afro-brasileiras, resiste às correntes da modernização. A proteção e a regeneração do Abaeté implicam no reconhecimento e fortalecimento dessas iniciativas, e viabiliza a reformulação dos valores intrínsecos às políticas ambientais e patrimoniais baseadas na (falsa) dicotomia entre Natureza e Cultura. Para contrapor o predomínio da lógica da *remanescência,* da tutela e da reserva de mercado, é urgente promover o (re)surgimento das redes socioecológicas da região, reconectando paisagens que foram desconectadas entre si.



Figura 4. Águas doces e salgadas do Abaité, cavalos,
vegetação reptante de restinga e pedras equilibradas em "Ebós artísticos" de Pio Filho.
Fonte: Autora (2023)

População magoada

O trecho que segue é uma composição do Bloco Afro Ilê Aiyê (Genivaldo Evangelista/Neve), bloco que foi puxado pelo Doté Saulo Pinheiro, da Comissão dos Povos de Axé de Itapuã. Tal canto foi entoado como uma resposta da comunidade em diversos momentos de enfrentamento, protestos e manifestações nos últimos anos:

> Negro, negro, negrada,
> A nossa honra tem que ser lavada,
> Na passeata
> A nossa honra tem que ser lavada
> População magoada
> A nossa honra tem que ser lavada

Desde a luta contra a instalação da EEE - Estação Elevatória de Esgoto às margens da Lagoa do Abaeté durante a pandemia do Covid-19 em 2020, os movimentos sociais uniram-se aos terreiros e representantes autodeclarados indígenas do território, em retomada ancestral. Os "Xirês Patrimoniais" se somam a essas e outras iniciativas históricas de descontentamento coletivo em face da gestão pública do Abaeté, buscando fortalecer ações de valorização dos nossos bens culturais-ambientais, base da Patrimonialização, comprometendo-se com a memória local e com as práticas das comunidades afro-brasileiras remanescentes. Para isso, aposta na oralidade e na promoção de espaços não-formais de educação.

Xirê é o nome que se dá ao ritual público das religiões de matriz africana. É a roda dos orixás, entidades que são manifestações da Natureza, tais como o vento, as águas, os rios e os mares, o fogo, as matas, os mangues etc. O nome "Xirês Patrimoniais" foi sugerido pelo artista e candomblecista Rosalvo da Conceição Filho, conhecido como Pio Filho, a partir da idealização do seminário pela autora deste relato, uma filha de Itapuã, artista e pesquisadora engajada na defesa do patrimônio ecológico da cidade de Salvador.

O Fórum Permanente de Itapuã, em parceria com Coletivo Nosso Quilombo e o Instituto de Permacultura da Bahia, ficaram à frente da produção, que teve apoio financeiro da CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço. A realização do evento em si envolveu várias de forças de diversos agentes e entidades parceiras.

As discussões e ações desenvolvidas buscam consolidar os debates políticos através do encantamento, da magia e da reverência, percepções que escapam à racionalidade. O seminário "Xirês Patrimoniais" apostou na sensibilização da sociedade

civil, buscando a equivalência entre diferentes regimes de conhecimento, cumprindo o necessário, mediante a publicação de informações elementares e estudos, vivências enriquecedoras que atravessam diferentes gerações e reflexões acerca do processo de tombamento patrimonial.

O GT (Grupo de Trabalho) de Patrimonialização do Abaeté é formado por inúmeras entidades e associações dos territórios: Stella Maris, Aeroporto, São Cristóvão, Mussurunga, Vale Encantado, Manguezal do Passa Vaca, Pedra de Xangô, Pituaçu, Quilombo Quingoma, Quilombo Pitanga dos Palmares/ Caipora, Bacia do Cobre, Bacia do Jaguaribe etc. O GT zela para que o tombamento seja retomado e concluído nos termos do povo, como resultado de uma construção coletiva interdependente.

É fundamental que a comunidade participe ativamente, apresente suas visões e propostas autodemarcatórias. No entanto, nos deparamos com divergências e conflitos de interesses dentro da mesma luta. Em 1993, Paulo R. Guimarães da Silva observou:

> [...] É verdade que no movimento de defesa do Abaeté constatou-se uma dimensão interclassista fundamental, divergências de percepção de um mesmo problema, diferentes níveis de projeto e modalidades de ação social e política pertinentes a serem descritas. Trata-se aqui, portanto, de demonstrar que o Abaeté é, sobretudo, um território em torno do qual se formou uma ação coletiva portadora de um discurso ecológico, capaz de fazer emergir a diversidade de dimensões de que um mesmo espaço de referência pode se revestir, segundo diferentes apropriações, seja sob a forma concreta de seu caráter produtivo e disciplinar, seja sob a forma simbólica, quando se trata de seu valor histórico, religioso, patrimonial ou natural[...]. Este movimento de defesa ecológica, mesmo que fortemente marcado por situações sociais de exclusão, por manipulações políticas e por interesses econômicos externos, exprime a natureza do vivido nesta cidade, de suas crenças, de suas representações do mundo, de seus valores e normas tradicionais, através de práticas religiosas e tradições vivas, presentes em Itapuã e na cidade em geral (SILVA, 1993).



Figura 5: Terreiros locais ritualizam o Iroko-Loco-Tempo,
entidade espiritual das religiões de matriz africana, árvore popularmente conhecida
como Gameleira Branca, I Caminhada dos Povos de Axé e Sociedade Civil em defesa do Abaeté.
Fonte: Autora (2023; 2020)

Alerta do clima

Abaeté é um caso emblemático e ocupa o centro dos debates, meio ao colapso climático de dimensões globais e impactos locais, de acirramento das assimetrias sociais e ameaça de apagamento de ecossistemas biodiversos e territórios originários, de populações aldeadas, de quilombolas ou de remanescentes afro-indígenas nos centros urbanos, como é o caso da região Abaité, seu entorno e contínuo com o mar.

Como ecossistema litorâneo, a restinga foi um dos primeiros ambientes a sofrer intervenção antrópica desde a época da invasão portuguesa. Na verdade, a utilização das restingas remonta aos tempos pré-históricos e às montanhas de restos de conchas e ossos de peixes (sambaquis), hoje raramente encontrados no litoral do Brasil, que seriam seu testemunho (ROCHA, 1994, p. 65). A colonização europeia inaugurou um processo severo de exploração e devastação territorial, marcando profunda e irreversivelmente a história do planeta, devastação que segue em atualização. Este flagelo atravessou a região do Abaité, que viu muitos de seus tombando, lutando, fugindo, mas jamais aceitando pacificamente tal violência.

A historiografia destaca a existência, em Itapuã, de um quilombo: o Buraco do Tatu. Narcimária Patrocínio Luz (p. 73, 2012) ressalta que esse quilombo não era o único a resistir na região:

> [...] há uma tendência de fixar o quilombo Buraco do Tatu como uma territorialidade absoluta de recusa a escravidão em Itapuã. Ledo engano. Ouso afirmar que havia outros 'quilombos' em Itapuã que interagiam e se apoiavam nos valores e vínculos de sociabilidade africanos.

Além disso, "o quilombo nunca foi para o africano(a) um lugar de 'negros(as) fugidos(as)' e sim, uma territorialização sinérgica, que acolhia todos(as) que procuravam manter sua liberdade e direito à sua alteridade civilizatória e com ela suas comunalidades" (LUZ, p. 74, 2012). A autora afirma ainda que os quilombos:

> [...] tinham dinâmicas variadas para desestabilizar a ordem escravista: daí apelarem para assaltos, mobilização de africanos escravizados, implantação de roças para subsistência, dedicação a caça explorando a fauna de Itapuã, trocas de mercadorias com os produtos gerados no quilombo com comerciantes locais, e um dado interessante os vínculos com os cantos, instituição formada por etnias variadas de africanos pelas freguesias da cidade de Salvador (LUZ, 2012, p. 77).

Até hoje, atualizam-se também as estratégias para viver em contexto de crise social e climática, com a fragilização de territórios e a desagregação ambiental. A história do bairro de Itapuã e do Abaité se misturam e se amalgamam. Nesse sentido, observamos que as aceleradas transformações urbanas não apenas degradam, mas aniquilam o que chamamos de "cultura de areia", os modos de ser multi-espécies da restinga no meio urbano (CODES, 2020).

As mudanças climáticas observadas no último século deram-se em velocidade recorde na história do planeta, sugerindo o nascimento de uma nova época geológica, em que a espécie humana teria se tornado uma força capaz de imprimir mudanças em escala planetária e em uma velocidade jamais vista. É um fenômeno que não temos qualquer capacidade de anular – por isso, resta a nós nos adaptarmos e desenvolvermos a mitigação de seus efeitos. Muitos cientistas batizaram a nova época de Antropoceno, mas há outras denominações que nos provocam reflexões críticas. As mudanças climáticas não anunciam mais uma crise a ser enfrentada pela humanidade, mas escancaram a brutalidade avassaladora dos sistemas colonialistas das Américas, cuja crise que dura séculos, afeta desigualmente os diversos povos, espécies e territórios do planeta, podendo nos levar a um colapso ecológico irreversível.

A época geológica presente é chamada por Marisol de la Cadena (2009) de "Antropo-cego", e sua marcação coloca em xeque a separação basilar da modernidade entre a história humana ou social e a história geológica ou natural: "de um lado, assim, a evolução da espécie, do outro a história do capitalismo" (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 26). Essas histórias, contudo, jamais foram separadas, e disso os povos e espécies cujos modos de vida são entrelaçados à natureza já sabem (SANTOS, 2019). O exemplo do Abaeté evidencia como as políticas de proteção podem ser a outra face da moeda do *ethos* civilizatório da modernidade colonialista. Santos (2019) explica como o desenvolvimentismo faz parte da guerra da colonização, que é, acima de tudo, uma guerra territorial.

Muitas são as facetas do desenvolvimentismo, desde grandes obras de infraestrutura a políticas ambientais de implantação de reservas naturais, onde proíbe-se a permanência, ocupação e usos tradicionais. Na verdade, o "cego" proposto por Marisol de la Cadena não se refere propriamente a um regime de (in)visibilidade. Em vez disso, o termo quer fazer referência a algo inerente a uma condição de impossibilidade

hegemônica formulada historicamente, indicando que parceiros antagonistas e suas relações antagônicas estão incluídas no antropo-cego (DE LA CADENA, 2018). O "clima" de Salvador depende do Abaité. É preciso, portanto, alertar a cidade sobre a sua condição de cegueira, pois o sentido sagrado atribuído ao Abaité evoca dimensões que a espécie humana não é capaz de controlar.



Figura 6. "Xirês Patrimoniais" na rua da Literatura (com Mestra Damiana) e nos arcos do Parque Metropolitano do Abaeté.
Fonte: Autora (2023)

Acordar as memórias

Tivemos uma rica programação no seminário "Xirês Patrimoniais", desde a abertura (sexta, 01/12) na sede do Malê Debalê (instituição que nasceu nas margens da Lagoa do Abaeté, em 1979) a partir da condução de lideranças religiosas e da apresentação do grupo Malêzinho, coordenado pelo Prof. Agnaldo Fonseca, envolvendo dezenas de crianças da comunidade e suas famílias, em torno da cultura afro-brasileira. Em seguida, houve uma roda de falas e exibição de vídeos, participação das lideranças de terreiros, representantes de parques e coletivos associados, apoiadores diversos e instituições implicadas no processo: IPHAN, DPU, UFBA e outros órgãos públicos estaduais e municipais.



Figura 7. Abertura dos "Xirês Patrimoniais" na sede do Bloco Afro Malê Debalê, com participação de lideranças religiosas, especialmente de matriz africana, colaboradores diversos, órgãos públicos politicamente implicados, comunidade local e de Salvador.
Fonte: Pio Filho

No dia seguinte (sábado, 02/12) abrimos as atividades com um Poranci, ritual Tupinambá, conduzido por indígenas de Salvador e dos litorais norte e sul da Bahia. Em seguida, tivemos momentos de partilha dos alimentos e eixos de trabalho durante a manhã e à tarde. Concluímos o dia com o plantio de uma muda de Baobá que encontrou seu caminho até nós, de maneira mágica, através das mãos da educadora Rita Capotira, pelos fluxos do Movimento Sem Terra-MST e da Teia dos Povos, importantes organizações de base popular, além da presença confluente do Prof. Dr. Cláudio Orlando do Nascimento (Gbinkore, aquele que colhe o que planta):

> Para dar voltas no Baobá,
> E acordar as Memórias (2x)
>
> Memórias de um tempo atrás,
> Memórias dos Ancestrais
> Agora! (2x)
> (NASCIMENTO, 2023, p. 22)



Figura 8. Plantio de muda de Baobá durante os "Xirês Patrimoniais" em dez, 2023 registro do seu desenvolvimento em março, 2024.
Fonte: Autora (2023) e Cláudio Orlando (2024) respectivamente.

No último dia (domingo, 03/12), iniciamos as atividades com uma caminhada e a realização de um sonho antigo de mestra Damiana, pandeirista, compositora e baiana de acarajé: fizemos o "Samba de bacia" na Lagoa de Deus (chamada também de Lagoa de Zambi). O evento contou com a presença ilustre das matriarcas do território, as antigas lavadeiras como Maria de Xindó, integrante do grupo Ganhadeiras de Itapuã, e outras. Após este momento icônico, partilhamos o alimento no Espaço Verde, lugar que abrigou no passado, o terreiro mais antigo de Itapuã, do finado Pai Daniel. Essas e outras histórias

foram contadas no momento *griot* com Mestre Ulisses, Mãe Mucinha de Oxum e outros baluartes da cultura afro-indígena local. A última atividade deu-se num cortejo de Afoxé de rua, que nos conduziu para a faixa de praia, para o samba final, em frente à pedra ancestral Itapuã (“pedra saliente” em Tupi) a pedra que "ronca" manifestando a alteridade civilizatória dos povos inaugurais.

Dentre as variadas estratégias de comunicação e ações previstas nos “Xirês Patrimoniais”, algumas não puderam ser realizadas no seminário realizado e aguardam novas oportunidades para serem lançadas ao mundo. Uma delas é a série *Patrimônios Vivos*, que consiste em colagem nas ruas e na publicação em redes sociais, de cartazes (montagens artísticas baseadas em fotografias) e minibiografias que prestam homenagens a alguns dos principais anciões e anciãs da comunidade, guardiões e guardiãs da memória local. Outra ação que precisa de amadurecimento e posterior publicação, é a mostra do Dossiê Abaeté, material que foi salvaguardado pela ONG Gambá, com inúmeras matérias históricas de jornais, no período de 1983 a 2000. Esse material começou a ser avaliado e tratado, mas ainda de maneira superficial, e merece, portanto, uma curadoria cuidadosa, para elaboração de nexos críticos e apontamentos. Assim, serão destacadas questões que se repetem sem solução década após década, configurando-se em dívidas históricas. No futuro, é importante construir um site para disponibilizar esse acervo de informações.

Para pressionar o IPHAN a prover o Tombamento provisório, foi solicitado aos movimentos sociais um relatório delimitando algum recorte crítico que selecione elementos de alguma área que esteja em maior risco. Isso demandará novas mobilizações e deliberações para a produção desse material. Buscamos constantemente medidas necessárias para evitar que as degradações ultrapassem o limite ecológico irreversível, comprometendo o legado da ancestralidade afro-indígena na comunidade, suas artes de fazer, elaborações políticas e intelectuais no contexto urbano.

Há sobreposição de competências, legislações e instâncias administrativas que requerem, portanto, esforços conjuntos, inter e transdisciplinares, considerando, principalmente, a imperiosa necessidade de enfrentar a emergência climática.

Ao distribuir as ações dos "Xirês Patrimoniais" em diferentes sítios, descentralizando-os, recorremos à ideia de biorregião[2] para reforçar a abordagem orgânica do território, para além das fronteiras da unidade de conservação, mostrando como o ecossistema funciona e fazendo trocas energéticas de maneira aberta, para além das abstrações de poligonais. Assim, demonstra-se como a preservação/regeneração ecológica é impossível se desvinculada dessas "ilhas" ou fragmentos, como observa Rocha:

> [...] é possível concluir que a malha de interações é praticamente infinita e que colocar limites geográficos ou de elementos constituintes para os ecossistemas é uma atividade subjetiva, uma abstração humana para tornar mais prático o seu estudo (ROCHA, 1994, p. 59).



Figura 9. Samba de Bacia com Mestra Damiana, Maria de Xindó e outras antigas lavadeiras do Abaeté.

Considerações finais

A despeito de todas as dificuldades e limitações, os resultados alcançados foram satisfatórios, pois oferecemos ao público experiências inéditas e transformadoras, além de informações atualizadas sobre o Tombamento do Abaeté. Espera-se que na continuidade do processo, haja o estreitamento do diálogo e cooperação acadêmica no âmbito interinstitucional e interdisciplinar entre pesquisadores das áreas da Antropologia, Arquitetura, História, Ecologia, Geografia e outras, com a comunidade, os mestres de notório saber, as zeladoras da cultura popular, a infância e a juventude, fomentando outras iniciativas similares de sistematização do conhecimento resultante não somente da pesquisa acadêmica, para tornar o processo acessível a um público mais amplo.

[2] Biorregião é um conceito utilizado para caracterizar uma "área geográfica que contém um ou outro mais ecossistemas, e cujas demarcações são definidas pelos limites dos sistemas ecológicos e das comunidades humanas", de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Neste sentido, o conceito de "Natureza Incomum" (DE LA CADENA, 2009) nos permite pensar os coletivos e comunidades que excedem a divisões entre "humano" e "não humano" de maneira insurgente, fazendo resistência à guerra do antropo-cego, em suas palavras:

> [...] afirmando o seu ser e clamando por uma política que vá além dos direitos que o Estado poderia ou não oferecer benevolentemente por meio da cultura. Muito longe de ser um conflito como costumamos ver, seu dissenso com o Estado pode dizer respeito à soberania territorial, *e não apenas*. Pode expressar a demanda pública por permitir condições políticas, historicamente negadas, de que - sem natureza, não há cultura (DE LA CADENA, 2009, p. 115).

No último dia dos "Xirês Patrimoniais", assim que finalizamos as atividades, permanecemos juntos e, coletivamente, recebemos a notícia da ancestralização do Mestre Nego Bispo (Antônio Bispo dos Santos). Nos abraçamos emocionados, nos consolando com sua lição de vida:

> Somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim. A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo. (SANTOS, 2023).

A luta vem de longe, nós mantemos o legado.

Abaeté, Abaeterna![3]



Figura 10. Paralelo entre matérias jornalísticas, no início da luta pelo Tombamento e o momento atual.
Fonte: Dossiê da ONG Gambá (Correio da Bahia, 1985) e Jornal *A Tarde* (2023), respectivamente.

[3] "Abaeté Abaeterna" refere-se a campanha iniciada na década de 1980, pela C.A.T.A. - Comissão de Avaliação Técnica do Abaeté, formada por membros das universidades, ONGs e representantes da comunidade, sendo uma das responsáveis pela formulação do primeiro encaminhamento para o Tombamento do Abaeté.

Referências

AVANZO, P. E. **Importância da Geologia nos estudos de impacto ambiental. Abaeté: um exemplo**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.

BAHIA. **Resolução nº 3.023 de 20 de setembro de 2002.** Zoneamento Ecológico – Econômico da APA Lagoas e Dunas do Abaeté. Salvador, 20 set. 2002.

BRSIL. **Lei nº 6.902 de 27 de abril de 1981**.Brasília, DF, 25 de abr. 1981

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir? Ensaios sobre os medos e os fins**. Desterro, Florianópolis: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

DE CODES, Clara Domingas C. **"Cultura de areia": transformações urbanas, memória e imaginação no bairro de Itapuã**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Salvador: PPGA - Universidade Federal da Bahia, 2020.

DE LA CADENA, Marisol. **Natureza incomum: histórias do antropo-cego**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 95-117, abr. 2018.

EDELWEISS, Frederic. **Camarajipe e Lagoa Abaité**. Centro de Estudos Bahianos, Salvador-Bahia, 1969.

FERNANDES, V. et al. **Análise socioambiental a partir dos zoneamentos ecológico Econômico da área de proteção ambiental das lagoas e dunas do Abaeté**. In: Geo UERJ. Rio de Janeiro, no 27, p. 137-143, ago. 2015.

GANDON, T. d' R. **A voz de Itapuã**. Salvador: Edufba, 2018.

LEWIS, S.L. & MASlLIN, M. A. **Defining the Anthropocene**. Nature.Reino Unido, vol. 519, pp. 171-180, mar. 2015. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nature14258>. Acesso em 27 de março, 2024.

LUZ, N. C. do P. **Itapuã da Ancestralidade africano-brasileira**. Salvador: Edufba, 2012.

NASCIMENTO, Cláudio Orlando C. (Org); OLIVEIRA, Eduardo D., Nkadiobu, Arlindo, DIAS, Rita de Cássia (colaboradores). **Escrevivências Baobás de contos indígenas- africanos - diaspóricos** -1. Ed – Ituiutaba, MG: Editora Barlavento, 2023.

OLIVEIRA, Diego Idelfonso de, PEREIRA, Ricardo Galeno Fraga de Araújo. **Análise Espaço-Temporal do Estado de Conservação da área de Proteção Ambiental Lagoas e Dunas do Abaeté**. São Paulo, UNESP, Geociências, v. 39, n. 1, p. 215 - 226, 2020.

ROCHA, Rosana Moreira da. **A restinga como exemplo**. Paisagem Ambiente Ensaio. São Paulo, n. 6 p. 57 - 73 dez. 1994.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A Terra dá, a Terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023.112 p.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: Modos e significações**. Brasília: AYÔ, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Somos da terra**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 44 -51, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/somos-da-terra/>. Acesso em 27 de março, 2024.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo, Contexto, 2007.

SILVA, Paulo R. Guimarães da Silva. Identidade, Territorialidade e Ecologismo: o caso da Lagoa do Abaeté. Cad. CRH. Salvador, n.18, p.117-137, 1993.